

Pode fracassar o esforço no Senado

O esforço concentrado do Senado, marcado para terça, quarta e quinta-feiras próximas, corre o risco de repetir as cenas vistas na semana de reabertura do Congresso, quando nenhuma das sessões conseguiu reunir mais de oito senadores em plenário. A decisão tomada na Câmara, de só promover seu esforço concentrado em setembro, deixa aos senadores poucas opções de descarregar a pauta, que ainda não está definida devido à ausência de líderes partidários que a elaborem.

São candidatos naturais à inclusão na pauta do Senado os projetos que já passaram pela Câmara nos últimos dias do primeiro semestre legislativo, em regime de esforço concentrado e várias autorizações para empréstimos a Estados e Municípios. Alguns dos projetos mais importantes, no entanto, não deverão estar incluídos, já que envolvem polêmica ou estão condenados a não passar porque o PMDB e o PFL não querem. É o caso das propostas do deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que proíbe as demissões imotivadas, e a do senador Alfredo Campos, que amplia o número de candidatos por partido nas primeiras eleições do Distrito Federal. As propostas do Executivo, complementares ao Plano Cruzado e que criam o empréstimo compulsório, ficarão para serem aprecia-

das em setembro, assim como a lei de greve.

Na pauta dos três dias de esforço concentrado deverão estar alguns projetos que têm maior chance de serem votados, como é o caso da autorização de recursos para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A proposta do deputado Manoel Costa Júnior, que coíbe o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais e o projeto que proíbe a pesca de baleias em águas territoriais brasileiras também poderão entrar em pauta.

A maior dificuldade na elaboração da pauta de votação para a semana que vem está na ausência de parlamentares em Brasília, principalmente de líderes partidários. Dos oito líderes de partidos representados no Senado, apenas três — Jamil Haddad, do PSD, Carlos Alberto (PTB) e Carlos Chiarelli (PFL), não são candidatos às eleições de novembro. Itamar Franco (PL) e Murilo Badaró (PDS), candidataram-se ao governo de Minas Gerais e estão lá, onde a situação ainda não acomodada desaconselha o afastamento. O líder do partido do Governo, o mineiro Alfredo Campos, é candidato à reeleição por Minas, Jaison Barreto (PDT-SC) é candidato à Câmara e Mauro Borges (PDC-GO), é candidato ao governo de Goiás.